

A PESQUISA PARTICIPANTE EM GEOGRAFIA: UMA LINHA DE AÇÃO EXPERIÊNCIAS NA PERIFERIA DE SÃO PAULO (BRASIL)

AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS¹

BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA, 16-17(31-34) 285-288, 1986-1987
(I ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA)

Primeiramente temos que tratar de esboçar uma conceituação do que é a Pesquisa Participante, qual sua linha de ação e seu papel na América Latina e no Brasil em particular.

Sabemos que não existe uma única definição, que a pesquisa participante está inserida em uma série de experiências, de formas de pensamento e práticas diferentes.

A sua origem, no anos 60, veio escondida nos movimentos de modernização social tanto no plano educacional como de planejamento social. Seu auge nos anos 80, se dá especialmente nos países com predomínio de regimes políticos autoritários.

Dentro da concepção educacional, se procura uma relação de educação conscientizadora das classes populares. Na linha sociológica o conceito de opressão é domínio é contestado.

A realidade começa a ser analisada como um processo no qual as classes sociais possuem papéis determinantes.

Antigos conceitos são redefinidos a partir desta nova forma metodológica. O "Popular" já não é um sinônimo de analfabetismo, mas uma situação de classe. Já não é sinônimo de pobreza, de marginalidade, de indolência, mas sim um referência a grupos e movimentos sociais que sofrem uma mesma situação social e econômica.

Tudo isto parece profundamente chocante á mentalidade acadêmica. Aprendemos, ao longo de todo o nosso processo de formação "científica", que na Ciência, ou melhor, no conhecimento científico deve-se separar o sujeito do objeto.

Entre que pesquisa e quem é pesquisado não pode haver uma proximidade que não seja limitada pelo método, o princípio da neutralidade objetiva deverá levar aos resultados finais.

¹ Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, (SP), Brasil.

As correntes de pensamento que se concluíam exigiam como requisitos epistemológicos os critérios de objetividade, transparência e possibilidade de formulação de leis de generalização. O método é o grande ditador para criar conhecimento. Teoria e prática não podiam se juntar ou, pelo contrário a primeira devia imitar a segunda.

Há toda uma "luta", no ambiente científico, uma insatisfação pela incapacidade dos modelos existentes de não só não explicarem a realidade das sociedades muito complexas e contraditórias do 3º Mundo, como de não mostrarem alguma forma de solução. Se avolumaram trabalhos de todos os cientistas sociais, incluindo os dos geógrafos, onde se trata de "medir", de "analisar" a realidade, a partir de categorias analíticas de base empirista e positivista, mas que só mostram a inacequação de métodos e técnicas de pesquisa para explicar os processos e situações vividos nessa realidade. Além disso as participações cada vez mais importantes de intelectuais engajados como os movimentos populares produzem severas críticas à atividade científica-acadêmicas.

Há todo um questionamento, especialmente à "neutralidade" científica como ao tipo de sociedade que se beneficia desta. Crítica-se os velhos "dogmas científicos" apreendidos; a divisão entre teoria e prática, entre lógica dialética, etc.

Os cientistas sociais começam a se integrar na prática da realidade a partir de uma opção de trabalho junto aos grupos que sofrem dominação e pobreza e a participar dos movimentos populares. Há uma preocupação para romper com o "monopólio do saber e do conhecimento". Há uma procura de métodos e técnicas que "permitam conhecer, transformando, e questionar e agir sobre o objeto ou realidade estudada. Métodos e técnicas que possibilitem a participação dos setores populares na tarefa de descobrir e transformar sua própria realidade" (Gajardo, M. 1986, 16).

No Brasil, Paulo Freire, com base na sua própria experiência educativa, cria uma proposta metodológica onde a produção e transmissão de conhecimentos formam parte do mesmo processo. A pesquisa na ação e a pesquisa participante são atribuídas à experiência deste educador. Na Sociologia surge um grupo de estudiosos encabeçados por Orlando Fals Borda, da Colômbia que na década de 70 realiza estes estudos com comunidades rurais.

No Brasil há uma proliferação destes trabalhos sempre com comunidades rurais. Este tipo de pesquisa se torna comum nos países da Ásia e África. Acumula-se uma série de experiências que são apresentadas e debatidas no Simposio Internacional de Cartagena em 1977.

Inserida dentro dessa proposição teórica colocaremos a nossa experiência pessoal. Pesquisando a periferia da metrópole paulistana a partir de 1965, dentro de uma realidade do setor Oeste da cidade que são (Cotia, posteriormente em 1970, Embú, Barueri e Santana do Parnaíba) nossa formação exigia que dentro dos paradigmas da pesquisa tradicional aplicássemos centenas de

questionários apressados entre a população sem nos preocuparmos com que eles entendessem o que estávamos perguntando e, deste modo, induzindo as próprias respostas. Logo após possuímos estes dados por gens que achávamos expressarem uma realidade. Essas "medidas" nos mostravam friamente uma estatística da qual não tínhamos maiores fundamentos teóricos para explicar.

Posteriormente, em 1975, participamos de uma pesquisa na região Leste da metrópole: o Município de Itaquacetuba e suas relações com os bairros orientais de São Paulo. Os contactos com esta área nos fizeram ver que sozinha não conseguira uma pesquisa nos moldes tradicionais. Entramos em contacto com as CUBs (Comunidades Universitárias de Base) pertencentes á igreja católica e através delas com as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) do município de nosso interesse e que nos levou a ter uma vivência mais próxima dos problemas que pretendíamos analisar. É muito difícil quando se realiza uma ligação maior com o objeto de estudo, e este se transforma em convivência, ficar alheia á relação que se estabelece nos obriga a participar da sua vida, das suas necessidades, das suas inquietudes.

Na periferia leste, em Itaquacetuba, o primeiro grande problema que "o objeto pesquisado" sofria era o da especulação imobiliária e como conseqüência lógica os loteamentos de terras clandestinas, grilados, sem títulos de propriedade. Quanto percebemos, estávamos juntos procurando no Cadastro do Município os documentos que legalizassem a situação e quando estes não existiam, procurando entrar na sua luta para conseguir aliviar o sofrimento da exploração.

Mais ainda, aplicamos grande número de questionários que converteriam em porcentagem e estatísticas só que agora já sabíamos explicá-los pois havíamos vivido a sua realidade de carências sem fim.

Em 1983 recebemos um convite para falarmos CEBs de Cotia. O grupo presente sabia que tínhamos feito pesquisa neste município e queriam conhecer a sua realidade. Passamos toda a tarde e a noite de um sábado, rodeados pelos habitantes do lugar que perguntavam e questionavam e explicam situações que eles viviam e que até esse momento não tinham conseguido entender: enchentes, degradação ambiental, morros que desabam, loteamentos clandestinos, o porque haviam ido morar nesse lugar, o porque da falta de infraestrutura em geral que não tinham, etc.

No ano seguinte nos pediram que entrassem com eles na luta pela preservação ambiental do município para que não fossem instaladas indústrias poluidoras na sua área, tentando mudar a lei de zoneamento. E ... o compromisso estava criado! Quando se compartilha o cotidiano da realidade social, quando o pesquisador convive da realidade social, quando o pesquisador convive com pessoas reais, com suas culturas e seus grupos sociais a pesquisa participante está sendo realizada. A partir deste momento o pesquisador participa da história do objeto da pesquisa. Não mais se pode dividir, separar, a teoria da prática.

Começamos a ter contatos bastante intensos com outras Comunidades de Base que nos procuravam para responder a suas inquietudes. Assim nos ligamos a grupos da Pastoral Urbana nos Cortiços do centro de São Paulo e começamos a participar das CEBs de São Mateus e Itaquera (ambos do bairro de Itaquera). Desse contato e da participação nas suas lutas surgiu um novo trabalho, com novas técnicas nascidas das vivências que possuíamos com os movimentos sociais urbanos.

Nesses contatos com os grupos populares escutávamos e sentíamos suas histórias de vida e através delas pudemos chegar a novas formas de explicar a realidade. Partilhamos com eles das discussões por melhores condições de vida, a necessidade de creches, a forma de poder pagar as prestações do BNH, a luta para conseguir postos de saúde, o movimento de desempregados durante a crise de 1982-83, etc.

O espaço, o bairro de Itaquer foi observado, descrito, interpretado e aplicado a partir dos seus conflitos são os responsáveis por novas formas especiais que convivem e ao mesmo tempo se chocam. O espaço de residência da população tradicional, os habitantes mais antigos, que chegaram na década de 40 e que ocupam os terrenos valorizados da área central do bairro ao redor da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil são os de maior poder aquisitivo e representam 0.05% da população (1.500.000 habitantes). Os novos moradores que chegaram com a construção das COHABS (Itaquera I, II e III) calculados em 250.000 habitantes, população com rendas de 3 a 5 salários mínimos e onde o Estado criou um "espaço comunitário onde se produzissem as formas de vida de seus lugares de origem". Esta vida comunitária só existe no planejamento dos arquitectos e urbanistas que trabalharam no projeto. Esta população representa 51.8% correspondente á classe média baixa, segundo informação de Plano Urbanístico Básico.

Finalmente nesse espaço de conflitos, a existência de uma grande massa de população favelada e de moradia de autoconstrução (34.4%) denominada classe baixa, que sem nenhum tipo de elementos que lhes permita satisfazer as necessidades mínimas de existência, lutam através dos seus movimentos populares para conseguir luz elétrica, água corrente, moradia, lotes dos sem terra para construir seus barrancos, etc., e que na satisfação das reivindicações produzem um novo espaço metropolitano e criam um novo valor ao solo.

A partir desta vivência, o conceito de espaço apreendido a nível acadêmico e que assumimos, aqui começa a ter conteúdo a essência: "... o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual" (Santos, M. 1978:122).

A partir destas novas formas de produção do espaço o solo urbanos adquire um novo conceito de valor de uso e de valor de troca, resultado do trabalho e dos conflitos entre o capital e o trabalho.

Todas estas vivências aqui expressadas obrigam não só a tomar compromisso mas também a repensar a própria vida.

"A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe, que constituindo a razão da pesquisa" (Brandão, R. D., 1985:13).

Com esta base epistemológica está implantada a pesquisa participante e aplicada à Geografia Humana. A postura lógica, as técnicas utilizadas, as maneiras de realizar uma pesquisa de campo dependem tanto das bases teóricas como da atitude do pesquisador quando se coloca na pesquisa e "a partir daí, constitui simbolicamente o OUTRO que investiga" (Brandão, R. C., 1985:8).

BIBLIOGRAFIA

BETANINI, Tonino. "Espaço e Ciências Humanas ". Rio de Janeiro, Pa e Terra, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodríguez (org.) "Repensando A PESQUISA PARTICIPANTE", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

FALS BORDA, Orlando. "Por la Praxis: El problema de cómo investigar la realidad para transformarla". Em: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Bogotá. Ed. Punta de Lanza, 1978, vol. 1.

_____. "Uma perspectiva para as Ciências Sociais no Terceiro Mundo" Em: Seleção de Textos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, abr. 1981, nº 7.

FREIRE, Paulo. "Educação como de Liberdade". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

GAJARDO, Marcela. "A Pesquisa Participante na América Latina", São Paulo, ED. Brasiliense, 1986.

LE BOTERF, Guy. "Pesquisa Participante: propostas e reflexões metodológicas" Em. Repensando a Pesquisa Participante, op. cit. P. 51.

SANTOS, Milton. "Por uma Geografia Nova" São Paulo. Ed. HUCITEC e EDUSP, 1978.